

Discutindo as Universidades Públicas no Brasil

Tiago Cavalcanti, Economista, Professor Licenciado da UFPE, Professor Visitante da Universidade de Purdue, EUA (tcavalca@purdue.edu).

Fatos são fatos, não é possível discordar. Até que outra pessoa me mostre uma nova classificação com melhor metodologia, os fatos que tenho para expor são estes: entre as 20 melhores universidades do mundo 17 são americanas – 6 estão na Califórnia, duas são inglesas e uma é a universidade de Tóquio no Japão. Esses são dados do Instituto de Educação Superior da Universidade de Jiao Tong em Shangai (ver o endereço eletrônico <http://ed.sjtu.edu.cn/ranking.htm>), divulgado também pela revista inglesa *The Economist*. A melhor universidade brasileira é a Universidade de São Paulo, que aparece entre as 150 melhores do mundo. Atualmente as universidades americanas empregam 70% dos profissionais ganhadores do Prêmio Nobel e produzem cerca de 30% dos artigos científicos publicados nas áreas de ciência e engenharia. Pode-se argumentar que a diferença na qualidade das universidades reflete diferenças em níveis de desenvolvimento. Portanto, não poderia ser diferente que as melhores universidades fossem americanas. Com mais recursos, pode-se investir mais em infra-estrutura e pesquisa. Contudo, é notável que, certos países, apesar de serem ricos, não têm universidades comparáveis com as dos EUA. A melhor universidade alemã é a Universidade de Munique, que aparece apenas na posição 51, e a melhor universidade francesa é a Paris 6, aparecendo na posição 48. Esses países têm de certa forma a mesma capacidade de investimento em infra-estrutura e pesquisa que os Estados Unidos.

A origem da diferença está nas diferentes estruturas administrativas e de incentivos adotadas nas universidades americanas e nas universidades da Europa Continental (o sistema universitário inglês é mais parecido com o americano). Por um lado, as universidades da Europa Continental são controladas pelo Estado e têm pouca autonomia. Os professores são funcionários públicos e há isonomia dentro de cada categoria. As promoções são, na maioria das vezes, baseadas em tempo de serviço. A meritocracia tem papel reduzido. Alguma semelhança com nossas universidades federais? Por outro lado, nas universidades americanas, que apesar de serem, em grande parte, públicas (mas não gratuitas), os professores não são funcionários públicos e as universidades não são controladas pelo Estado. Estas são, em parte, financiadas pelo Estado, mas há também as doações de ex-alunos, investimentos diretos do setor privado e, claro, a cobrança de anuidades. Mais ainda, as promoções são baseadas, na maioria das vezes, na meritocracia (ex., qualidade da pesquisa e recursos levantados). Não há isonomia salarial. Professores de uma mesma área e com a mesma categoria recebem aumentos diferentes. Um professor de finanças nos EUA ganha mais, em média, do que um professor de economia. Por quê? Há uma alta procura no setor privado por profissionais de finanças. Se o salário não for atrativo nesta área, então só os piores profissionais vão virar professores. Fora qu, um professor de finanças, em média, consegue mais recursos do que um professor de economia. Nos Estados Unidos, a promoção independe da idade. Se houver um jovem talentoso, que tenha desenvolvido uma boa pesquisa, esse pesquisador pode virar rapidamente professor titular. Há exemplos em matemática de jovens que se tornaram professores titulares com menos de 25 anos. Em economia não é diferente. Steve Levitt,

autor do livro *Freaknomics*, entrou no departamento de economia da universidade de Chicago em 1997 com 30 anos como professor assistente. Em 1999, já era professor titular. Se Chicago não oferecesse esta posição a Levitt, então logo-logo ele estaria, por exemplo, em Harvard ou no MIT. Este não é um caso isolado, mas sim a regra do jogo nos EUA. Isso dificilmente aconteceria em uma universidade da Europa Continental ou em uma Universidade Federal do Brasil. Não há competição entre universidades no Brasil ou na Europa. Por que um professor iria para a Federal de Santa Catarina se o salário em Pernambuco é o mesmo (ou vice-versa)?

Poderiam então argumentar que nos Estados Unidos a universidade não tem o papel social de combater a desigualdade e que só os ricos acabam obtendo o grau universitário. Isto não é verdade. Há bolsas e descontos para indivíduos mais pobres nos Estados Unidos. Uma família de classe média paga, em geral, apenas 34% do valor da anuidade “oficial”. Há também quotas para grupos minoritários (desde a década de 60), como também acompanhamento especial para esses grupos nos primeiros anos do ensino superior. Resultado, a proporção de pessoas recebendo o grau superior nos Estados Unidos é uma das mais altas do mundo. Cingapura, China e Korea têm seguido o exemplo americano, mudando a estrutura das universidades e oferecendo salários internacionalmente competitivos. O objetivo desses países é competir com igualdade com os Estados Unidos na geração de conhecimento.

É revoltante ver a situação das nossas universidades públicas com a estrutura física caindo aos pedaços e professores fazendo greve em busca de justamente o oposto do que se deveria demandar. O sindicato dos professores briga pela manutenção do controle do Estado, pela isonomia, contra a meritocracia ou contra as políticas rotuladas de “Neoliberais”. A carreira do professor depende basicamente do tempo de serviço. Steve Levitt não seria tão cedo professor titular no Brasil. Estaria na fila, esperando uma vaga de Brasília. Resultado, as universidades públicas vão continuar piorando e em alguns anos terão a qualidade das nossas escolas públicas do ensino médio.

Por fim, quem propõe a autonomia da universidade, a meritocracia e a não isonomia, é rotulado de neoliberal e inimigo do interesse público. Os rótulos, por sua vez, impedem uma discussão mais profunda do problema e papel das universidades. Funcionam como uma cegueira, que proíbe até as observações das experiências internacionais. Não que os Estados Unidos sejam exemplos para tudo. Ver a questão, por exemplo, do protocolo de Kyoto, que não é respeitado nos Estados Unidos e é levado a sério na Europa. Mas, pelo menos, em termos de universidades, os Estados Unidos podem dar um bom exemplo.